

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A multa é o mínimo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não escapará de uma multa por propaganda antecipada, por causa do pedido de voto em favor de Guilherme Boulos (para prefeito de São Paulo pelo PSol), no ato das centrais sindicais de 1º de maio. Advogados eleitorais consideram que o risco é a fala de Lula se transformar num pesadelo para o candidato do PSol. Vem por aí um pedido de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e, neste caso, entre os desdobramentos possíveis, está até a inelegibilidade de Boulos, por se tratar de evento sindical patrocinado por empresa. No telão, antes da entrada de Lula no palco, houve um vídeo da Petrobras e, depois, ficou o logo "BR Petrobras".

» » »

Em tempo: No PSB, o pedido de votos pró-Boulos no evento foi visto como algo deselegante para com o vice-presidente Geraldo Alckmin, que chegou a usar um boné da CUT no evento. Alckmin estava no palco e tem uma pré-candidata em São Paulo, a deputada Tábata Amaral. Os socialistas consideram que Lula poderia ter feito um elogio a Boulos, mas não transformar o ato do Dia do Trabalho num comício pedindo votos. O presidente falava de improviso, se empolgou, extrapolou. Por mais que publicamente muitos tentem minimizar o problema, a preocupação é geral no ninho petista.



A pressão das frentes

As frentes parlamentares estão se organizando para apelar ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que distribua às comissões todos os 16 projetos de lei apresentados para regulamentar a tributária. Até agora, cinco foram distribuídos e apenas o da desoneração da cesta básica tem relator.

Isolem as eleições

O governo quer separar "eleições e votações" no Congresso. Mas presidentes de partidos consideram que se o presidente Lula continuar pedindo voto para seus candidatos em eventos suprapartidários, como o ato de 1º de maio, vai ficar difícil.

"Presidencialismo de competição"

É assim que o cientista político Leonardo Barreto classifica o cenário político atual. Em entrevista à Rede Vida que foi ao ar na noite de ontem, ele disse que estão todos numa disputa sobre onde deve ser aplicado o dinheiro público e essa briga não tem data para terminar.

Não se iluda

Petistas acompanham os movimentos da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), de tomar distância do PL de Jair Bolsonaro. Alguns consideram que ela pode até se aproximar de Lula, mas não tem essa de ser a candidata com o apoio do partido do presidente em 2026.

CURTIDAS

Mauricio Tonetto/Secom



É assim que se faz! O presidente Lula fez questão de ligar para o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (foto), adversário político do PT, se solidarizando com o povo gaúcho diante da tragédia provocada pelas chuvas. Hoje, ele deve ir ao estado acompanhar de perto as ações do governo federal para ajudar o estado.

O coro das centrais! Se tem algo que uniu o governo e as centrais sindicais foram as críticas às taxas de juros. E o vilão da história, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Só indoor! Os petistas mais antigos reparam que, desde que voltou ao governo, Lula não desfila em ambientes totalmente abertos, como fazia nos mandatos anteriores. Agora, é sempre em áreas controladas.

Esperando Lula! O público presente ao estádio do Corinthians para o ato de 1º de maio, foi informado que Lula chegaria por volta de 12h40. O "Quesito Melodia", com Celsinho Mody, foi quem fez a festa enquanto a espera rompia várias horas. Os ministros e o deputado estadual Eduardo Suplicy, ex-senador, caíram no samba.

LAVA-JATO / Julgamento envolvendo a criação de entidade para gerir fundo de R\$ 2 bilhões recuperados pela Justiça será retomado no dia 21 e coloca as polêmicas da investigação de volta ao debate público

Operação volta aos holofotes

» RENATO SOUZA

No próximo dia 21, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai retomar a análise de reclamações que podem resultar na abertura de processo administrativo disciplinar contra a juíza Gabriela Hardt, que ficou à frente da 13ª Vara Federal de Curitiba, por onde tramitaram a maior parte dos processos da Lava-Jato em Curitiba. Ela chegou a ser afastada da função pelo corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão. A decisão de Salomão levou a um movimento raro na magistratura, no qual juízes federais ameaçaram paralisar as atividades.

O movimento dos magistrados revela que a operação, que se tornou símbolo de combate à corrupção, mas ao mesmo tempo é acusada de violar o devido processo legal e atuar com interesses políticos, ainda mantém forte apoio entre magistrados e magistradas. Além de Hardt, estão na mira de ações de correição o juiz Danilo Pereira Júnior, atual titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, e os desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores, Loraci Flores de Lima, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Hardt é acusada de irregularidades ao autorizar, em 2019, a criação de uma fundação para gerir R\$ 2 bilhões recuperados na Lava-Jato que seriam enviados aos Estados Unidos, em ressarcimen-

to a perdas no país por conta do esquema de corrupção. Porém, a fundação teria procuradores que atuavam na operação em sua gestão — o que poderia caracterizar "desvio de dinheiro público para fins pessoais" dos integrantes da força-tarefa, conforme apontou o corregedor.

"Não foi só uma infeliz iniciativa. Aqui é desvio preparado... Deliberadamente, com ação ou omissão do juízo, se estabeleceu auxílio às autoridades americanas a construir casos criminais em face da Petrobras com interesse no retorno de parte da multa que seria aplicada", afirmou o corregedor, em seu voto, há duas semanas.

A criação da fundação chegou a ser alvo de um tratado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Petrobras. Mas foi barrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) antes que fosse colocada em prática. Para o presidente do CNJ e do STF, Luís Roberto Barroso, Salomão errou ao afastar Hardt e os desembargadores. Ele chegou a afirmar, em tom de sermão ao colega, que a medida foi "autoritária", por ter sido tomada de maneira monocrática, ou seja, individual. "Não era dinheiro para o bolso de ninguém, não era dinheiro para ninguém se locupletar. Portanto não é de desvio que se cogita aqui. O que se discute é a impropriedade na criação de uma fundação para gerir o dinheiro. E hoje ninguém duvida que tenha sido uma decisão pouco feliz", disse Barroso.

Gil Ferreira/Agência CNJ



CNJ, em Brasília, retoma análise de reclamações de processo administrativo contra a juíza Gabriela Hardt e desembargadores

Na reunião do dia 21 deste mês, os 15 integrantes do CNJ se reúnem para avaliar o caso e pode abrir procedimento disciplinar contra a magistrada, ou derrubar de vez as acusações contra ela no âmbito administrativo. Além do eventual processo para apurar a conduta da juíza, os conselheiros vão colocar em debate a própria intenção de criar a fundação culpado por irregularidades. A retirada ocorreu a pedido do relator, pelo fato de Moro não estar mais no Judiciário. A situação dele será analisada separadamente dos demais.

Desobediência

Em relação aos desembargadores, a acusação é que descumpriram determinações do Supremo. Uma das determinações não respeitadas pelos magistrados seria a que suspendeu os processos contra o ex-juiz da Lava Jato Eduardo Appio, que também esteve à frente da Lava-Jato na Justiça Federal do Paraná.

Appio foi alvo de uma ação após ser acusado de ligar para o filho de um desembargador, em um contato não oficial e que teria como intuito gerar pressão sobre a corte de segunda instância. Na época, os desembargadores faziam parte da 8ª turma do TRF. O colegiado deliberou sobre o caso e afastou Appio do cargo mesmo após a decisão da suprema corte já ter sido tomada — o que para

Salomão gerou desequilíbrio no sistema de Justiça.

"O comportamento deliberado de descumprimento de ordem emanada da Suprema Corte contribui para um estado de coisas que atua contra a institucionalidade do país, tornando, por isso, gravíssimas as condutas em análise, frontalmente incompatíveis com a dignidade das funções de magistrado", afirmou o corregedor. Os desembargadores continuam afastados e também podem sofrer processo disciplinar que pode resultar em aposentadoria compulsória.

Pena disciplinar

Vera Chemim, advogada, especialista em direito constitucional, aponta que tanto a juíza Gabriela Hardt quanto os desembargado-

res devem ser alvos de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) aberto pelo CNJ. No entanto, ela avalia que a situação da magistrada é menos grave. "A tendência a posteriori é a de que, no caso da juíza, se aplique a pena disciplinar correspondente à censura, se e somente se ficar comprovado que a homologação em contrato teria sido incorreta. Em se tratando da aplicação de censura, a magistrada ficará impedida de ser promovida por merecimento pelo prazo de 1 ano, contado da imposição da pena", afirmou.

Quanto aos desembargadores, a especialista jurídica avalia que existem grandes possibilidades de uma pena maior para eles no CNJ, inclusive, aposentadoria compulsória, "com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço".